

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças encarceradas: a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade.**

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças encarceradas: a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 337 p. --- *Localização: 347.157(81) / V673c / 2.ed*

Prefácio à Primeira Edição .....	1
1. Introdução .....	5
2. Mulheres e Crianças <i>Confinadas</i> - uma Realidade	
Carcerária Brasileira .....	13
2.1. Referências Históricas dos Cárceres de Mulheres .....	13
2.1.1. Referências históricas do encarceramento	
feminino no Brasil .....	18
2.2. A Lei de Execução Penal e as Particularidades da Execução	
Penal Feminina da Pena Privativa de Liberdade .....	30
2.3. A Mulher e a Prisão .....	45
2.3.1. Um espaço só para mulheres? .....	55
2.4. Execução Penal Feminina da Pena Privativa de Liberdade	
e Proteção Integral da Criança - Dois Quadros Normativos	
Diversos para uma só Realidade.....	66
2.4.1. Uma realidade na busca de novo enfoque jurídico .....	76
3. A Proteção Normativa da Criança.....	79
3.1. A Proteção Integral de uma Nova Realidade .....	79
3.2. A Trajetória da Afirmação dos Direitos da Criança	
e do Adolescente Rumo à Proteção Integral .....	81
3.2.1. A importância de reconstituir uma história .....	81
3.2.2. A proteção da criança e do adolescente no mundo.....	83
3.2.3. A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989	
e o novo paradigma da Proteção Integral .....	95
3.3. A Proteção Integral no Direito Brasileiro .....	104
3.3.1. A ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança .....	104
3.3.2. A Proteção Integral nos textos normativos nacionais.....	108
3.4. O Significado de “Proteger Integralmente”	
no Direito Brasileiro.....	112
3.4.1. As garantias asseguradas à criança e ao adolescente .....	112

3.4.2. A criança e o adolescente como titulares de direitos fundamentais.....	116
3.4.3. A prioridade absoluta e a concretização da Proteção Integral.....	129
3.4.4. O princípio do interesse superior da criança sob o paradigma da Proteção Integral.....	135
3.4.5. O Sistema de Garantia de Direitos e as redes de Proteção Integral.....	137
3.5. A Interdisciplinaridade da Proteção Integral.....	141
<b>4. Uma Infância Desprotegida.....</b>	<b>145</b>
4.1. A Moldura da “Infância Confinada” - O Poder Familiar e a Guarda no Cárcere.....	145
4.2. Especificidades da Proteção da “Infância Confinada”.....	156
4.2.1. Gravidez e nascimento nos cárceres brasileiros.....	157
4.2.1.1. Gravidez e os direitos à vida e à saúde do nascituro.....	166
4.2.1.2. Nascimento, parto e pós – parto e os direitos à vida e à saúde.....	172
4.2.1.3. O registro civil do recém-nascido.....	177
4.2.2. Os primeiros meses no cárcere e a proteção à vida e à saúde - aleitamento materno, desenvolvimento físico, vacinação e acompanhamento pediátrico.....	180
4.2.3. O neurodesenvolvimento e a saúde mental da criança.....	186
4.2.3.1. A saúde mental da criança que está no estabelecimento penal e a maternagem institucionalizada.....	189
4.2.4. A permanência no presídio para além do período de amamentação.....	199
4.2.4.1. Proteção do direito à educação e a permanência da criança no estabelecimento penal.....	210
4.2.4.2. A manutenção dos vínculos familiares fora dos muros do presídio.....	211
4.2.5. A visita à mãe.....	215
<b>5. Os Enfrentamentos Necessários à Proteção Integral da Criança na Execução Penal Feminina da Pena Privativa de Liberdade.....</b>	<b>219</b>
5.1. É Possível a Construção de uma “Infância Confinada” Protegida?....	224

5.2. A Proteção Integral da “Criança Encarcerada” na Perspectiva do Sistema de Justiça Criminal .....	227
5.3. Da Necessidade de uma Ação Diferenciada dos Demais Órgãos Ligados à Execução Penal na Execução Penal Feminina .....	260
5.4. A Proteção Integral da “Criança no Cárcere” na Perspectiva do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude .....	266
5.5. A Formulação e a Operação de Políticas Públicas em Favor da “Criança Encarcerada” .....	279
6. Conclusão .....	285
Referências .....	295
Anexo .....	335
Anexo 1 – Resolução CNPCP nº 3, de 15 de julho de 2009 .....	335